



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

RELUCI – CONTAS DO ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(ITEM 3.2.2, ANEXO III DA IN TCCES 68/2020)

EXERCÍCIO DE 2020



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

Secretária Municipal de Saúde

Kátia Damica Silva Fini

Controlador Geral Interno

Luciane Teresinha Pirovani Palácios

Coordenador da Unidade Central de Controle Interno

Eduarda Simonetti Paze

Auditores Públicos Municipais

Roberta Querulim Medeiros Martins

Douglas da Silva Martins

Período: 03/01/2018 à 23/03/2020
11/08/2020 à 30/11/2020



SUMÁRIO

1. Relatório.....	4
1.1. Introdução.....	4
1.2. Pontos de Controle verificados.....	4
1.3. Constatações e Proposições dos Pontos de Controle.....	9
1.4. Análise das Demonstrações Contábeis.....	13
1.4.1. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Não Processados entre Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro	13
1.4.2. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Processados entre Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário	13
1.4.3. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário.....	13
1.4.4. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário	13
1.4.5. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária	14
1.4.6. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Despesa Orçamentária	14
1.4.7. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa	14
1.4.8. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa.....	14
1.4.9. Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial.....	15
1.4.10. Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores.....	15
1.4.11. Análise da despesa Executada em relação à Dotação Atualizada.....	16
2. Constatações quanto aos Arquivos da PCA	16
3. Parecer do Controle Interno	16



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE ORDENADOR – GESTÃO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Município de Dorcas do Rio Preto

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde

Gestor responsável: Kátia Damica Silva Zini

Exercício: 2020

1. RELATÓRIO

1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa Unidade de Controle Interno realizou no exercício de 2020 procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para verificação, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, além das análises de demonstrações contábeis, seguido pelas constatações quanto aos arquivos da PCA enviados a esta unidade, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1.2. PONTOS DE CONTROLE VERIFICADOS

Código	Objeto/Ponto de controle	Informações Analisadas	Base Legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle ⁸	Amostra Selecionada ⁹
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Relatório de Liquidação das Contribuições Previdenciárias parte patronal, referente ao exercício de 2020, do PREVIDRP e do INSS, emitidos no sistema contábil.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local de Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	Valor Total Liquidado R\$ 436.423,35 INSS: R\$269.290,45 PREVIDRP: 167.132,90	100%
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Relatórios de Pagamentos das Contribuições Previdenciárias parte patronal, referente ao exercício de 2020, do PREVIDRP e do INSS, emitidos no sistema contábil.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local de Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Valor Total Pago R\$ 424.954,08 INSS: R\$246.224,30 PREVIDRP: 178.729,78 A competência 12/2019 foi paga em janeiro/2020.	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

1.2.3	Registro por competência - multas e juros por atraso de pagamento	Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias, do INSS e do PREVIDRP, emitido no sistema contábil	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Regime de Competência	Verificar se houve o registro por competência das despesas Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias	-	-
1.2.4	Retenção/Repasso das contribuições previdenciárias - parte servidor	Relatório Listagem Liquidação/Descuento x Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias parte servidor, do do PREVIDRP e do INSS emitido no sistema contábil.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Valor Total Pago R\$ 221.255,71 INSS: R\$102.654,55 PREVIDRP: R\$118.601,16 Houve o repasse tempestivo ao regime de previdência. A competência 12/2019 foi paga em janeiro/2020.	100%
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0834/2021 Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias confrontado com o Relatório de Liquidação das contribuições previdenciárias, do INSS e do PREVIDRP, emitido no sistema contábil.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de Competência	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	Não existem débitos previdenciários referente ao Fundo Municipal de Saúde, conforme informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e constatado no sistema contábil do Fundo Municipal de Saúde. Não foi possível checar tais dados com o INSS, entretanto no sistema contábil do Fundo Municipal de Saúde não existem parcelamento com o RGPS.	50%
1.2.8	Medidas de Cobrança- Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0834/2021 Comparativo realizado através do Sistema contábil do FMS,	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0834/2021. Comparativo realizado através do Sistema contábil do FMS, confrontando a liquidação das contribuições previdenciárias patronal x	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

		confrontando a liquidação das contribuições previdenciárias patronal x pagamento realizado e contribuição previdenciária servidor retida x pagamento realizado.		do RPPS e pelo Controle Interno.	pagamento realizado e contribuição previdenciária servidor retida x pagamento realizado.	
1.3.1	Bens em Estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade de com inventário.	Balanço Patrimonial, emitido pelo sistema contábil. Tabelas 10, 11, 12 e 13 do sistema patrimonial e tabelas 16 e 17 do sistema de almoxarifado. Inventário Anual de Bens Móveis e Imóveis e Inventário de bens em Almoxarifado, constantes no processo 0834/2021.	CRFB/88, art. 37, Caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	R\$3.089.542,20 (de acordo com a conta Imobilizado do Balanço Patrimonial) Conferencia entre os valores informados no Balanço Patrimonial e os inventários anuais do sistema patrimonial por conta contábil.	100%
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Acompanhamento da Auditoria Operacional 02/2019 – Fundo Municipal de Saúde, feita através de entrevista e verificação documental.	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Acompanhamento da Auditoria Operacional 02/2019 – Fundo Municipal de Saúde, feita através de entrevista e verificação documental.	Acompanhamento da Auditoria Operacional 02/2019 – Fundo Municipal de Saúde, feita através de entrevista e verificação documental.
1.3.3	Disponibilidades financeiras depósito e aplicação	Extratos Bancários disponibilizados pela Divisão de Finanças.	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	R\$1.876.566,16 (de acordo com a soma dos saldos dos extratos bancários).	100%
1.3.4	Disponibilidades financeiras depósito e aplicação	Termo de Verificação de Disponibilidades Financeiras emitido no sistema contábil.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	R\$1.876.566,16 (de acordo com o saldo contábil do TVDISP).	100%
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato	Listagem de Empenhos Demonstrativo de Restos a Pagar Fluxo de Caixa Bancário Demonstrativo da	LC 101/2000, art.42.	Avaliar se o titular do Poder contratou nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas	Listagem de Empenhos Demonstrativo de Restos a Pagar Fluxo de Caixa Bancário Demonstrativo da Dívida Flutuante	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

		Dívida Flutuante		integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.		
1.5.1	Documentos integrantes da PCA compatibilizada com o normativo do TCE	Arquivos da PCA	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Arquivos emitidos pelo sistema contábil e recebido da Divisão de Recursos Humanos, Divisão de Tributação, Área de Almoxarifado e Patrimônio.	100%
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	Balancete de Verificação Demonstrativo do Fluxo de Caixa Balanço Patrimonial Demonstração das Variações Patrimoniais	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público	Balancete de Verificação Demonstrativo do Fluxo de Caixa Balanço Patrimonial Demonstração das Variações Patrimoniais	100%
2.2.22 A	Transparência na gestão – Publicações COVID 19	Portal e site Institucional do município.	Lei 13.979/2020, art. 4, § 2º, I, II, III, IV e V.	Avaliar se foram publicadas as ações para combate a COVID-19 (decretos, despesas, contratações, receitas e doações recebidas)	Portal e site Institucional do município.	100%
2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	1º Termo Aditivo de prorrogação do convênio 01/2019; 2º Termo Aditivo de valor do convênio 01/2019. Santa casa de Misericórdia de Guaçuí	Lei nº 866/2019 LDO Lei nº 887/2019 LOA Lei nº 872/2019	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	R\$272.098,25	100%
2.2.35	Despesa – subvenção social.	Convênio 01/2019 – Santa Casa de Misericórdia de Guaçuí	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	Lei 872/2019: R\$3,25 por habitante	100%
2.4.1	Transferências voluntárias – exigências	Balancete de Verificação da Despesa	LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.	Não houve transferência voluntária para outro ente da federação.	100%
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Lei 627/2006 (11% Alíquota Servidor) Lei 752/2012 (17,56% Alíquota Patronal) Lei 896/2020 (14% Alíquota Servidor e 20% Alíquota Patronal)	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Os descontos previdenciários parte servidor e a contribuição patronal estão de acordo com a legislação municipal. O acompanhamento foi realizado mensalmente por esta UCCI.	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	Guias Previdenciárias constantes nos processos 6116/2019, 6119/2019, 6120/2019	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, nas unidades gestoras.	Guias Previdenciárias constantes nos processos 6116/2019, 6119/2019, 6120/2019	100%
2.5.7	Servidores cedidos	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021.	100%
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021.	100%
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Lei 924/2020, Artigo 54-A	MCASP e Portaria MPS 403/2008, art. 17.	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	Lei 924/2020, Artigo 54-A	100%
2.5.26	Censo Atuarial	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0790/2021, pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e de informação da servidora responsável pela elaboração da Folha de Pagamento do Instituto e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021.	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0790/2021, pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e de informação da servidora responsável pela elaboração da Folha de Pagamento do Instituto e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021.	100%
2.5.37	Registro de Admissões	-	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Não foram enviadas admissões de servidores efetivos no exercício de 2021, em virtude de que em 2016 expirou o prazo para nomeações referente ao concurso de 2012.	-
2.6.2	Pessoal – função de confiança e	Lei 335/1990	-	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando	No estatuto dos servidores públicos municipais não está regulado percentual	-



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

	cargos em comissão			condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	mínimo de servidores efetivos de cargo em comissão.	
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Lei 604/2005 Auditoria 001/2018 Processo 5301/2018 Processo 1874/2020	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Lei 604/2005 Auditoria 001/2018 Processo 5301/2018 Processo 1874/2020	100%
2.6.4	Pessoal – teto	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021.	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021. Relatório Teto Remuneratório dos Servidores	100%
2.7.1	Cumprimento da IN STR 01/2015 – Ger. e Contr. do uso da Frota	Relatórios enviados pela secretaria e IN STR 01/2015	IN STR 01/2015 - PMDRP	Verificar se está sendo cumprida As determinações da IN STR 01/2015	Análises por amostragem dos relatórios enviados a esta UCCI referente aos meses de janeiro, abril, junho, julho/2020.	33%

1.3. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES DOS PONTOS DE CONTROLE

Código	Constatações/Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.2.1	Conforme verificado no relatório de liquidação, o princípio da competência foi respeitado na contabilização das contribuições previdenciárias parte patronal (RPPS e RGPS).	-	Regular
1.2.2	O pagamento das contribuições previdenciárias - parte patronal, referente ao exercício de 2020, foram realizados tempestivamente, de acordo com análise realizada no relatório de pagamentos emitido através do sistema contábil. A competência 12/2019 foi paga em janeiro/2020.	-	Regular
1.2.3	Não houve pagamento em atraso das obrigações previdenciárias (parte patronal e parte servidor), portanto não foi necessário a contabilização de juros e multas.	-	Regular
1.2.4	A retenção das contribuições previdenciárias dos servidores foram repassadas tempestivamente ao RPPS e ao RGPS, de acordo com os relatórios analisados.	-	Regular
1.2.5	Não existem débitos previdenciários referente ao Fundo Municipal de Saúde, conforme informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021 e constatado no sistema contábil do Fundo Municipal de Saúde. Não foi possível checar tais dados com o INSS, entretanto	-	Regular



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

	no sistema contábil do Fundo Municipal de Saúde não existem parcelamento com o RGPS.		
1.2.8	As obrigações previdenciárias parte patronal e parte servidor foram recolhidas tempestivamente, motivo pelo qual não foi necessário a cobranças das mesmas.	-	Regular
1.3.1	<p>Ao se confrontar o "saldo anterior" do Ativo Imobilizado - Balanço Patrimonial (R\$2.911.156,62) com a soma dos "saldos anteriores" constantes nos Inventários de Bens Móveis e Imóveis (R\$2.911.097,52) verificou-se a diferença de: R\$59,10.</p> <p>Divergência de valores:</p> <p>Demonstração dos Fluxos de Caixa – Atividades de Investimento – Aquisição de Ativo não Circulante – R\$ 703.724,83</p> <p>Anexo 17 (Aquisição de M. Permanente): R\$629.915,80</p> <p>Diferença de R\$74.809,03</p> <p>Demonstrativo das Variações Patrimoniais – DEMVAP Uso de Materiais de Consumo (R\$1.492.057,86) Anexo 15 (R\$1.470.166,18) Diferença de R\$ 21.891,68</p> <p>Demonstrativo das Variações Patrimoniais – DEMVAP Depreciação, amortização e exaustão (R\$379.971,03) Soma da Depreciação constante do Inventário Anual de Móveis e Bens Imóveis (R\$394.888,23) Diferença de R\$14.917,20</p>	Comunicação a secretária do Fundo Municipal de Saúde informando sobre as inconsistências detectadas em relatórios gerados pela área de Almoxarifado e Patrimônio quando confrontados com as Demonstrações Contábeis. Solicitar conferência dos setores responsáveis.	A Regularizar
1.3.2	<p>De acordo com a análise realizada nos Termos de Guarda e Responsabilidade entregues a esta UCCI, durante Acompanhamento da situação da Auditoria Operacional 02/2019, os registros analíticos de bens de caráter permanente do Fundo Municipal de Saúde estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização.</p> <p>Entretanto, através do referido Acompanhamento, verificou-se as seguintes inconsistências:</p> <ul style="list-style-type: none">-Maior número de locais ativos do que os termos gerados no sistema;-Ausência de placa de tombamento nos bens móveis.	Comunicação a secretária do Fundo Municipal de Saúde informando sobre as inconsistências detectadas de responsabilidade dos responsáveis pelos bens móveis do Fundo Municipal de Saúde, juntamente com de responsabilidade da Área de Almoxarifado e Patrimônio, a fim de que no exercício de 2021 as mesmas sejam sanadas.	A Regularizar
1.3.3	De acordo com análise no Termo de Verificação de Disponibilidade Financeira, todas as contas bancárias pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde estão depositadas em instituições financeiras oficiais.	-	Regular
1.3.4	Não existe divergência de valores entre o saldo contábil das contas bancárias constantes no Termo de Verificação de Disponibilidade Financeira, comparados ao saldo das contas bancárias constante nos extratos bancários.	-	Regular
1.3.7	<p>Após análise das informações contidas na Listagem de Empenhos, Demonstrativo de Restos a Pagar, Fluxo de Caixa Bancário e Demonstrativo da Dívida Flutuante, apurou-se existir Insuficiência Financeira de recursos em determinadas Fontes de Recursos de contas bancárias, para cobrir os restos a pagar e as consignações em 2021.</p> <p>Fonte de Recursos 12110000000 = R\$ 46.797,61</p> <p>Fonte de Recursos 15300000000 = R\$ 286.710,07</p> <p>Detalhamento da apuração está no Anexo I, deste Relatório</p>	Comunicação a secretária do Fundo Municipal de Saúde informando sobre as inconsistências detectadas e orientando sobre a importância da verificação de saldo bancário disponível para cobrir despesas a serem pagas no próximo exercício.	A Regularizar



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

1.5.1	Arquivos em desacordo com a IN TCEES 68/2020 Arquivo Inconsistência TERMOV Falta assinatura de membro da comissão TERIMO Falta assinatura de membro da comissão TERALM Falta assinatura de membro da comissão TERINT Falta assinatura de membro da comissão DELREP Data: 17 de março de 2021	Arquivo TERMOV TERIMO TERALM DELREP	Proposição Recolher assinatura Recolher assinatura Recolher assinatura Elaborar de acordo com IN 68/2020 (Item 3.2.20)/dezembro/competência da PCA	A Regularizar
2.2.22 A	De acordo com acompanhamento realizado por esta UCCI, as informações em relação as ações para combate a COVID-19 (decretos, despesas, contratações, receitas e doações recebidas) estão sendo publicadas no site institucional do município, assim como no portal da transparência.	-	-	Regular
2.2.24	Ao se confrontar o "saldo anterior" do Ativo Imobilizado - Balanço Patrimonial (R\$2.911.156,62) com a soma dos "saldos anteriores" constantes nos Inventários de Bens Móveis e Imóveis (R\$2.911.097,52) verificou-se a diferença de: R\$59,10 . Divergência de valores: Demonstração dos Fluxos de Caixa – Atividades de Investimento – Aquisição de Ativo não Circulante – R\$ 703.724,83 Anexo 17 (Aquisição de M. Permanente): R\$629.915,80 Diferença de R\$74.809,03 Demonstrativo das Variações Patrimoniais – DEMVAP Uso de Materiais de Consumo (R\$1.492.057,86) Anexo 15 (R\$1.470.166,18) Diferença de R\$ 21.891,68 Demonstrativo das Variações Patrimoniais – DEMVAP Depreciação, amortização e exaustão (R\$379.971,03) Soma da Depreciação constante do Inventário Anual de Móveis e Bens Imóveis (R\$394.888,23) Depreciação, exaustão e amortização acumuladas – Balancete de Verificação (R\$401.680,40)	Comunicação a Secretária do Fundo Municipal de Saúde, comunicando sobre a referida inconsistência, a fim de que seja solicitado aos responsáveis da área de patrimônio e da divisão de contabilidade a devida conferência entre os Relatórios Contábeis e os Relatórios Patrimoniais.	-	A Regularizar
2.2.34	A concessão de Contribuição a Santa Casa de Misericórdia de Guaçuá está prevista na Lei 872/2019, assim como está prevista na LDO e na LOA para o exercício de 2020.	-	-	Regular
2.2.35	O valor da Contribuição tem como referência R\$3,25 por habitante do município	-	-	Regular
2.4.1	Não houve transferência voluntária para outro ente da federação	-	-	Regular
2.5.4	Os descontos previdenciários parte servidor e a contribuição patronal estão de acordo com a legislação municipal. O acompanhamento foi realizado por esta UCCI mensalmente, após fechamento da Folha de Pagamento.	-	-	Regular
2.5.5	O pagamento das contribuições previdenciárias (parte patronal e parte servidor) foram realizados através de guias de recolhimento, conforme consta nos pagamentos referentes aos processos 6116/19, 6119/2019 e 6120/2019.	-	-	Regular
2.5.7	Confrontando as informações prestadas pelo PREVIDRP e pela Divisão de Recursos Humanos verificou-se que no exercício de 2020 não foi informado ao PREVIDRP a cessão de servidores, em virtude de que o setor responsável estava elaborando rotinas e solicitando a empresa locadora do software de pessoal relatório adequado para acompanhamento da cessão de servidores.	Comunicação a Secretária do Fundo Municipal de Saúde, informando o ocorrido e orientando a necessidade de que as providências a serem tomadas pela divisão de recursos humanos sejam realizadas com maior celeridade.	-	A Regularizar



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

2.5.10	De acordo com informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0834/2021, não existem acordos de parcelamento com o Fundo Municipal de Saúde.	-	Regular
2.5.22	Não foi realizada amortização do Déficit Atuarial pelo Fundo Municipal de Saúde, em desacordo com o previsto no artigo 54-A, Lei 924/2021 (O déficit atuarial do Instituto de Previdência do município de Dorcas do Rio Preto será amortizado através de aportes periódicos <u>dos patrocinadores</u> , conforme tabela constante do Anexo I), em virtude do não desmembramento de aportes das Unidades Gestoras no Cálculo Atuarial.	Comunicação a Secretária do Fundo Municipal de Saúde, informando o ocorrido e solicitando que a mesma solicite ao Diretor Presidente do PREVIDRP e ao Chefe do Poder Executivo que no próximo Estudo Atuarial seja realizado o desmembramento de aportes das Unidades Gestoras no Cálculo Atuarial.	A Regularizar
2.5.26	De acordo com informação prestada pelo Chefe da Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021, foi realizado no exercício de 2020 o Censo Atuarial dos servidores ativos, através do processo 1872/2020. Informação prestada através do processo 0834/2021 e de entrevista realizada com a servidora responsável pela elaboração da Folha de Pagamento do Instituto de Previdência Municipal, o RPPS faz acompanhamento permanente dos dados cadastrais dos servidores inativos e dos pensionistas.	-	Regular
2.5.37	Não foram enviadas admissões de servidores efetivos no exercício de 2021, em virtude de que em 2016 expirou o prazo para nomeações referente ao concurso de 2012.	-	Regular
2.6.2	No estatuto dos servidores públicos municipais (Lei 335/1990) não está regulado percentual mínimo de servidores efetivos em cargo em comissão.	-	Regular
2.6.3	A partir da Auditoria 001/2018 e do processo nº 5301/2018, identificou-se que a Legislação Municipal referente à contratações temporárias (Lei nº 604/2005) encontra-se desatualizada para comportar os novos entendimentos legais, doutrinários e jurisprudenciais. Observou-se que esta secretaria solicitou que fosse encaminhado projeto de lei promovendo as adequações necessárias, através do processo 1874/2020, entretanto o projeto de lei enviado a câmara foi rejeitado. Consta-se ainda a não realização de concursos para provimento de vagas temporárias (processo seletivo), conforme determinado pela lei municipal nº 604/2005 e a Lei Complementar nº 41/ em vigência.	Comunicação a secretária do Fundo Municipal de Saúde reiterando as orientações realizadas através do despacho 003/2019 (processo 5301/2018) a orientação quanto a atualização da Lei nº 604/2005 para comportar os novos entendimentos legais, doutrinários e jurisprudências acerca do tema que porventura tenham surgido após o ano de edição da referida lei, assim como a observância da necessidade da realização de concurso para provimento de vagas temporárias (processo seletivo) anterior às contratações para necessidade temporária de excepcional interesse público, uma vez que tanto a Lei nº 604/2005 e a Lei Complementar nº 41/2017 preveem a necessidade da realização de processo seletivo para esses casos.	A Regularizar
2.6.4	De acordo com informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0790/2021, contendo o Relatório "Teto Remuneratório dos Servidores", verificou-se que o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	-	Regular
2.7.1	Durante o exercício de 2019, através de amostragens, foram realizadas análises dos relatórios referentes ao controle de viagens e abastecimentos realizados pelo Fundo Municipal de Saúde.	Foram detectadas inconsistências quanto ao preenchimento de relatório de viagens e quanto a rotinas pré-estabelecidas pela IN. Após análises realizadas por esta UCCI, a secretária de saúde foi comunicada para as devidas providências.	Em regularização (por entendermos que são regularizadas a medida que são detectadas)

Não foi informada Proposição/Alerta para os itens que se encontram em situação REGULAR.



1.4. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.4.1. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Não Processados entre Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro

O valor da inscrição de Restos a Pagar não Processados (exercício atual), informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa empenhada subtraído o total da despesa liquidada, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Restos a Pagar não Processados	
Balanço Financeiro (a)	466.062,92
Balanço Orçamentário (b)	466.062,92
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.2. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Processados entre Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário

O valor da inscrição de Restos a Pagar Processados (exercício atual), informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa liquidada subtraído o total da despesa paga, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Restos a Pagar Processados	
Balanço Financeiro (a)	29.426,59
Balanço Orçamentário (b)	29.426,59
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.3. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário

Verificação nas informações do Balanço orçamentário, se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva de Contingência”, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução de despesa na dotação Reserva de Contingência	
Despesa Empenhada	0,00
Despesa Liquidada	0,00
Despesa Paga	0,00

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação Reserva de Contingência.

1.4.4. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário

Verificação se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva do RPPS”, com base nas informações do Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

Execução de despesa na dotação Reserva do RPPS

Despesa Empenhada	0,00
Despesa Liquidada	0,00
Despesa Paga	0,00

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação da Reserva do RPPS.

1.4.5. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária

O total da receita orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da receita orçamentária, informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Total da Receita Orçamentária

Balanço Financeiro (a)	3.540.648,36
Balanço Orçamentário (b)	3.540.648,36
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.6. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Despesa Orçamentária

O total da despesa orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa orçamentária, informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Total da Despesa Orçamentária

Balanço Financeiro (a)	7.479.754,47
Balanço Orçamentário (b)	7.479.754,47
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.7. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo da conta caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício anterior), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior)

Balanço Financeiro (a)	1.320.699,18
Balanço Patrimonial (b)	1.320.699,18
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis

1.4.8. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

exercício anterior atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo da conta caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício atual), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual)

Balanço Financeiro (a)	1.876.566,16
Balanço Patrimonial (b)	1.876.566,16
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.9. Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial

O resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Resultado Patrimonial

Exercício atual	
DVP (a)	1.068.694,26
Balanço Patrimonial (b)	1.068.694,26
Divergência (a-b)	0,00
Exercício anterior	
DVP (a)	-683.900,66
Balanço Patrimonial (b)	-683.900,66
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial a Demonstração das Variações Patrimoniais exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.10. Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores

Os saldos devedores devem ser iguais aos saldos credores, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Comparativo dos saldos Devedores e Credores

Saldos Devedores (a) = I + II	12.068.242,61
Ativo (BALPAT) - I	5.069.052,70
Variações Patrimoniais Diminutivas (DEMVAP) - II	6.999.189,91
Saldos Credores (b) = III – IV + V	12.068.242,61
Passivo Total = Passivo Exigível + Patrimônio Líquido (BALPAT) - III	5.069.052,70
Resultado Exercício (BALPAT) -IV	1.068.694,26
Variações Patrimoniais Aumentativas (DEMVAP) - V	8.067.884,17
Divergência (c) = (a) – (b)	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial a Demonstração das Variações Patrimoniais exercício 2020

Pelo exposto, verifica-se a observância ao método das partidas dobradas.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

1.4.11. Análise da despesa Executada em relação à Dotação Atualizada

O valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução da Despesa Orçamentária	
Despesa Empenhada (a)	7.479.754,47
Dotação Atualizada (b)	7.884.819,17
Execução da despesa em relação à dotação (a-b)	-405.064,70
Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2020	

Pelo exposto, verifica-se a que não houve execução orçamentária da despesa em valores superiores à dotação atualizada.

2. CONSTATAÇÕES QUANTO AOS ARQUIVOS DA PCA

A verificação das consistências contábeis x patrimoniais do Fundo Municipal de Saúde teve início em 05/02/2021, após liberação do setor contábil, em virtude de ser necessário aguardar a homologação dos arquivos da PCM competência dezembro e 13/2020, enviados ao TCEES, através do sistema Cidades.

A documentação necessária para subsídio das análises dos Pontos de Controle foi recebida através da documentação constante no processo nº 0784/202 - Área de Almoxarifado e Patrimônio, processo nº 0790/2021 - Divisão de Recursos Humanos e processo nº 0834/2021 - PREVIDRP.

Os arquivos contábeis que serão gerados pelo TCEES, foram emitidos através do sistema contábil e emitidos pela própria Unidade Central de Controle Interno, outra parte da documentação, que serviu de base para verificação da consistência dos arquivos da PCA foi enviada pela Divisão de Contabilidade, através do processo nº 1546/2021, no dia 09/03/2021.

Para dar continuidade a análise dos arquivos da PCA, essa UCCI retornou o processo a Divisão de Contabilidade para a correção de arquivos não estruturados. O encerramento da análise dos arquivos se deu após verificação dos itens retificados.

A Secretária Municipal de Saúde será comunicada, através de processo administrativo, sobre as inconsistências detectadas, afim de que sejam promovidas ações para que as mesmas não ocorram no exercício de 2021.

3. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinou-se a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade da Sra. Kátia Damica Silva Zini, responsável pelo Fundo Municipal de Saúde de Dorcas do Rio Preto, relativa ao exercício de 2020.

A Unidade Central de Controle Interno, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados acima descritos, elencados nos itens 1.3 (19 com situação "Regular", 8



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

com situação “A regularizar” e 1 com situação “Regularizando” e 1.4 (11 análises contábeis em Conformidade) desta manifestação, além das constatações sobre os arquivos da PCA - item 1.5 (3 faltantes e 4 em desacordo com a IN TCEES 68/2020), conclui que a referida Prestação de Contas se encontra **REGULAR COM RESSALVAS**.

Dorcas do Rio Preto/ES, 24 de março de 2021.

Luciane Teresinha Piorvani Palácios

Controlador Geral Interno
Matrícula 012673
CRC ES 017959/O-2



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

Anexo I – Obrigações Contraídas no Último ano de mandato

Ponto de Controle 1.3.7 - Obrigações Contraídas Último Ano de Mandato FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Saldo Contas Bancárias por Fonte de Recursos						Saldo Empenhos por Fonte de Recursos			
	B Brasil	Banestes	CEF						
12110000000	R\$ 1,87	R\$ 94.493,71	R\$ -	R\$ 94.495,58	-R\$ 128.091,57	R\$ -	-R\$ 13.201,62	-R\$ 46.797,61	
12130000000	R\$ -	R\$ 68.118,40	R\$ -	R\$ 68.118,40	R\$ -	R\$ -		R\$ 68.118,40	
12140000000	R\$ 1.331.560,02	R\$ 200.956,59	R\$ -	R\$ 1.532.516,61	-R\$ 46.867,81	-R\$ 29.998,16		R\$ 1.455.650,64	
12150000000	R\$ 63.955,89	R\$ -	R\$ 8.037,67	R\$ 71.993,56	-R\$ 3.821,90	R\$ -		R\$ 68.171,66	
12209999000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -		R\$ -	
15300000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-R\$ 286.710,07		-R\$ 286.710,07	
15400000000	R\$ 108.074,96	R\$ 1.367,05		R\$ 109.442,01	R\$ -	R\$ -		R\$ 109.442,01	
	R\$ 1.503.592,74	R\$ 364.935,75	R\$ 8.037,67	R\$ 1.876.566,16	-R\$ 178.781,28	-R\$ 316.708,23			

Saldo Consignações			
INSS Servidores	R\$ 1.586,63		As consignações serão pagas no exercício de 2021 com a F Recursos 12110000000
IRRF Fopag	R\$ 594,40		
ISS	R\$ 698,91		Saldo de empenho no valor de R\$29.998,16 - F Recursos 22140000000
Emprest BEES	R\$ 9.964,78		
Sindicadores CM	R\$ 118,27		Saldo de empenho no valor de R\$286.710,07 - F Recursos 25300000000
Sindicadores CA	R\$ 86,62		
RPPS Ret	R\$ 152,01		
	R\$ 13.201,62		

De acordo com demonstrado na tabela acima, apurou-se que os restos a pagar e as consignações a serem pagas no exercício de 2021, nas Fontes de Recursos 12110000000 e 25300000000, não ficaram com suficiente disponibilidade de caixa.